

TERMO DE REFERÊNCIA

Entidade

Prefeitura Municipal de Teresópolis

Órgão/Secretaria

Divisão de Almoxarifado / Secretaria Municipal de Saúde

I. Introdução

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no Decreto Municipal 6.103 de 15 de dezembro de 2023 e suas posteriores alterações, e as disposições contidas na Lei Federal no 14.133/21 e Lei Complementar Federal nº 123/2006 e suas posteriores modificações.

II. Objeto

Aquisição de Coletor para descarte de medicamentos vencidos e/ou em desuso para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Teresópolis.

Classe	Código	Descrição
5630	4112	CAIXA COLETORA

III. Justificativa

1.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Teresópolis, propõe a aquisição de coletores apropriados para o descarte seguro de medicamentos vencidos, inutilizados ou em desuso, com o objetivo de estruturar e qualificar as ações de vigilância sanitária, ambiental e de promoção da saúde no âmbito municipal. A adoção de equipamentos adequados para o acondicionamento desses resíduos é condição essencial para a organização do fluxo de descarte e para a conformidade das práticas adotadas no território.

1.2. A presente demanda decorre da necessidade de fortalecimento do gerenciamento de resíduos de medicamentos, considerando, especialmente:

i) a prevenção de situações que envolvam uso indevido, automedicação e intoxicações associadas a medicamentos vencidos ou impróprios; e ii) a adequação das práticas municipais às normas sanitárias e ambientais que regem o manejo, o armazenamento temporário e a destinação final desses resíduos.

1.3. No município de Teresópolis, a circulação de medicamentos é expressiva, em razão da existência de uma ampla rede de estabelecimentos públicos e privados. Conforme dados do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro (CRF/RJ), o município conta com 153 estabelecimentos que atuam na

comercialização, manipulação, distribuição ou uso de medicamentos. Esse cenário resulta na geração contínua de resíduos farmacêuticos domiciliares, demandando a oferta de pontos estruturados e seguros para o descarte pela população.

1.4. A ausência de locais apropriados para o descarte de medicamentos favorece práticas inadequadas, como a disposição no lixo comum ou no sistema de esgotamento sanitário, o que compromete o gerenciamento ambiental desses resíduos e dificulta o controle sanitário. A disponibilização de coletores específicos, devidamente identificados e padronizados, permite o acondicionamento correto dos medicamentos descartados até sua coleta e encaminhamento para destinação final ambientalmente adequada.

1.5. A aquisição dos coletores encontra respaldo no Decreto nº 10.388, de 5 de junho de 2020, que regulamenta o § 1º do art. 33 da Lei nº 12.305/2010, ao instituir o sistema de logística reversa de medicamentos domiciliares vencidos ou em desuso, de uso humano, industrializados e manipulados, bem como de suas embalagens. O referido decreto reforça a necessidade de organização de estruturas que viabilizem o descarte adequado por parte dos consumidores, em articulação com o poder público.

1.6. No âmbito local, a Lei Municipal nº 3.230, de 04 de outubro de 2013, que cria o Programa Municipal de Medicamentos em Desuso, estabelece expressamente, em seu art. 7º, a vedação de diversas formas de destinação final inadequadas, como o lançamento em corpos d'água, redes de esgoto, terrenos baldios, queima a céu aberto ou disposição em locais não licenciados. Tais proibições pressupõem, de forma lógica e jurídica, a existência de alternativas seguras e acessíveis para o descarte correto desses produtos.

1.7. Assim, a não disponibilização de coletores apropriados pelo Poder Público compromete a efetividade da legislação municipal vigente, uma vez que impõe restrições ao descarte sem assegurar à população os meios adequados para o cumprimento da norma. A aquisição dos coletores, portanto, constitui medida necessária para viabilizar a implementação prática do Programa Municipal de Medicamentos em Desuso, garantindo conformidade legal, ordenamento do fluxo de resíduos e suporte às ações de vigilância em saúde.

1.8. Ressalta-se, por fim, que a Lei nº 8.080/1990 atribui ao Sistema Único de Saúde a competência para executar ações voltadas à redução de riscos à saúde, o que abrange o gerenciamento adequado de resíduos. Assim, a presente aquisição encontra respaldo legal e normativo, reafirmando o compromisso da gestão municipal com a organização dos serviços de saúde e com a proteção da saúde coletiva e do meio ambiente.

IV. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:



A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

V. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Reduzido	Programática	Fonte	Descrição
2855	3.3.90.30.00	1.635	MATERIAL DE CONSUMO

VI. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

VI.I. Sustentabilidade

Devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

A - Economia no consumo de água e energia;

B - Minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados;

C - Racionalização do uso de matérias-primas;

D - Redução da emissão de poluentes;

E - Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;

F - Implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros;

G - Utilização de produtos de baixa toxicidade;

H - Utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

V.II. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se aplica. Não há exigência de marca específica para o objeto, desde que suas características técnicas estejam de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

V.III. Da vedação de contratação de marca ou produto (Artigo 41, Inciso III 14.133)



Não se aplica.

V.IV. Da exigência de amostra/ prova de conceito (de acordo com a necessidade do objeto)

Não será exigida amostra.

V.V. Da exigência de carta de solidariedade (casos excepcionais)

Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade, uma vez que não há justificativa técnica plausível que ampare tal exigência. Ademais, sua solicitação poderia comprometer os princípios da isonomia e da competitividade, que regem os procedimentos licitatórios, conforme dispõe a legislação vigente.

V.VI. Requisitos Legais

Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;

Decreto Municipal nº 6.103, de 15 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a aplicação da Lei de Licitações e Contratos Lei nº 14.133/2021;

Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada;

Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

Portaria nº 1378 de 09 de julho de 2013, que regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de vigilância em saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema nacional de Vigilância Sanitária.

VII. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

VII.I. Habilitação Jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

VII.II. Regularidade Fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU)



por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

VII.III. Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor-Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

VII.IV Da Qualificação Técnica:

Alvará sanitário, fornecido pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal.

VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de Dispensa de LICITAÇÃO, Artigo 75, Inciso II, obedecendo ao critério MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as quantidades, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Termo de Referência, levando-se em consideração que será o vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário.

VIII.I. Justificativa:

Aquisição de serviço por contratação direta em razão do baixo valor, que incluem as contratações cujos valores devem ser inferiores aos previstos no art. 75, Inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

IX. FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecimento do objeto será integral.

X. Prazo de Execução

A Empresa deverá entregar o material 20 (vinte) dias corridos após recebimento de e-mail contendo a Ordem de Compra e o Empenho em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua Júlio Rosa, 366, Tijuca - Teresópolis – Estado do Rio de Janeiro, das 9h às 16h.

X.I. Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

No caso de apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega.

XI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Devido a aquisição do material, objeto deste Termo de Referência ser imediata não haverá a assinatura de contrato.

XII. FISCALIZAÇÃO

A entrega do material deverá ser fiscalizada e atestada por servidor indicado pela Secretaria Municipal de Saúde ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), onde registrará todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

XIII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

XIII.I. Recebimento

Os coletores serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



Os coletores poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

XIII.II. Condições de pagamento

A contratada deverá formalizar o processo de pagamento no Protocolo Geral do Município, devendo ser realizada a abertura de forma digital, através do link: <https://teresopolis.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5>, apresentando Originais do Empenho e Ordem de Compra, cópia do Contrato ou instrumento equivalente, inclusive de eventuais aditivos, documentação de Regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, Certificado de Regularidade de Situação relativo ao FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Nota Fiscal, e o RANFS quando necessário. Deverá ser realizado pagamento do protocolo geral, quando for o caso;

Os pagamentos ocorrerão 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações devendo as faturas/notas fiscais serem apresentadas no processo de pagamento acima mencionado, conforme disposição do artigo 131 do decreto 6.103/2023;

Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer documentação complementar por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

XIV. CESSÃO DE CRÉDITO

Não se aplica.

XV. OBRIGAÇÕES:

Da Contratada:

Caberá à licitante vencedora realizar a entrega do objeto deste Termo de Referência, de acordo com a proposta apresentada, ficando a seu cargo todos os ônus e encargos decorrentes do fornecimento e, especialmente:

Fornecer o produto rigorosamente nas especificações e prazos constantes do Termo de Referência, parte integrante e indissociável do Edital;

Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes deste termo;

Não transferir, total ou parcialmente, o objeto deste termo;

Comunicar o Município e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, dos eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis após a verificação do fato, a partir da data de sua ocorrência, sob a pena de não serem considerados;

Responsabilizar-se pelos custos com o transporte dos produtos, tanto no momento da entrega quanto nas substituições que forem necessárias;

Responsabilizar-se por eventuais danos causados aos produtos durante o transporte e descarregamento.

Da Contratante:

Receber o material de consumo, conforme local, data e horário estipulados na Ordem de Compra;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da entrega do material e de tudo dará ciência à Secretaria;

Efetuar o pagamento no prazo previsto.

XVI. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I- dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Multa moratória de 0,5% (meio por cento) calculada sobre a parte não cumprida do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, quando se configurará a inexecução total ou parcial do ajuste, na dependência da gravidade do dano, tudo de acordo com a decisão da autoridade competente.



Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

Multa de 0,01%, calculada sobre o valor da proposta apresentada no certame pelo licitante, caso este não apresente amostras, quando solicitadas.

Multa de 10% (dez por cento) pela recusa injustificada em retirar a ordem de compra/empenho ou recusa, também injustificada, em assinar o contrato ou assinar a ata de registro de preços. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas no art. 156 da Lei 14.133/21 realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no artigo 157 e 158 da referida lei e arts. 133 ao 141 do Decreto Municipal 6.103/2023.

XVII. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição com fornecimento integral.

XVIII. Especificações e Quantitativos

Lote	Ordem	CATMAT	Descrição	Unidade	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	1	623103	Coletor ecológico de medicamentos vencidos ou em desuso, com "display" para melhor comunicação visual e visor em acrílico com graduação para acompanhar o preenchimento do coletor. Volume útil total de 80L em 2 compartimentos. Rodízios para melhor locomoção e limpeza do local da instalação, fecho com opção para cadeado, dobradiças em alumínio. Orifício de descarte que impossibilita a retirada dos resíduos com acabamento em EVA. Acompanha suporte interno para sacos plásticos. Adesivação em toda a parte frontal. Desenvolvido de acordo com as orientações do Decreto Federal 10.388/2020, norma brasileira ABNT NBR 16.457. Dimensões aproximadas: Altura: 125cm x Largura: 38cm x Profundidade: 38cm. Peso aproximado: 18Kg	Unidade	30	R\$ 856,37	R\$ 25.691,10

XIX. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



O custo estimado total da contratação por 12 (doze) meses é de R\$ 25.691,10 (Vinte e cinco mil seiscientos e noventa e um reais e dez centavos).

O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

XX. DISPOSIÇÕES GERAIS:

Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas sendo que a Administração Municipal não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo de dispensa de licitação.

Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

O foro do município de Teresópolis será o único competente para redimir e julgar toda e qualquer dúvida relativa ao presente procedimento, com exclusão de qualquer outro.

Fábio Romero Gallote de Albuquerque

Secretário Municipal de Saúde

Mat. 4.70000-0